

Professores pertencentes à “classe-que-vive-do-trabalho”: uma discussão sobre a proletarização do trabalho docente

Cláudia Letícia de Castro do Amaral^{*}

Letícia Ramalho Brittes^{**}

Resumo

Este artigo propõe discutir o trabalho dos professores a partir de uma concepção de classe social, bem como procura compreender o processo de proletarização desses trabalhadores. Entende-se que o trabalho das professoras e professores insere-se em uma classe social, sob o viés da proletarização do trabalho destes profissionais. Além disso, buscar-se-á apresentar propostas que elucidem o reconhecimento de pertença das professoras e professores a um grupo cuja organização aponte para a recuperação de sua condição de trabalhadores da educação. Para tanto, considera-se relevante que esses profissionais reconstituam também sua condição de produtores do saber com o qual trabalham a fim de redimensionarem o seu lugar de sujeitos da ação educativa. O presente trabalho foi elaborado pelas autoras através da contribuição das leituras e reflexões desenvolvidas no Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas –, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, tendo como aporte teórico-metodológico um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo. Com base na pesquisa realizada, destaca-se a necessidade de ressignificação do trabalho dessas professoras e professores, conforme a proposta de Ricardo Antunes (2005), em que situa esses trabalhadores como “classe-que-vive-do-trabalho”. Dessa forma, explicita-se claramente o processo de pertencimento dessa classe social a um grupo socialmente organizado que possibilita aos professores agirem como sujeitos de sua práxis educativa.

Palavras-chave: Trabalho docente; Classe social; Proletarização.

*Licenciada em Letras Português- Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Especialista em Metodologia do Ensino (UNIFRA - RS); Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (UFSM). Professora do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen – RS. E-mail: claudia.amaral@mail.com

** Licenciada em Letras Português- Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (UFSM). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal de Pelotas/RS (UFPEL). Bolsista CAPES. E-mail: leticia.brittes@hotmail.com

1. Introdução

Este artigo busca discutir o trabalho dos professores a partir de uma perspectiva de classe social, possibilitando visualizar o processo de proletarização desses trabalhadores da educação. Essa abordagem não pretende determinar uma posição social definitiva para os professores, já que a entendemos como flexível, ao passo que está sujeita à mobilidade; e contraditória; devido a suas próprias divisões internas, pois professores universitários e primários, por exemplo, não se encontram na mesma condição social (HYPOLITO, 1997).

O objetivo é propor uma discussão que possibilite que os professores se reconheçam como pertencentes a um grupo que, como tal, deve se organizar em prol tanto de melhorias em sua condição de trabalhadores, como na educação como um todo. Além disso, cabe a esses profissionais recuperarem a condição de produtores do saber com o qual trabalham a fim de redimensionarem o lugar de sujeitos da ação educativa.

O presente trabalho insere-se nas atividades desenvolvidas pelo Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão do Pedagógico, Trabalho e Políticas Públicas –, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria. Dessa forma, as reflexões aqui apresentadas são resultado das leituras e discussões do grupo, que foram sistematizadas pelas autoras do artigo, tendo como aporte teórico-metodológico um estudo bibliográfico, de cunho qualitativo.

Além da introdução e da conclusão, o estudo organiza-se de forma que, inicialmente, visa a esclarecer o conceito de classe social, partindo da concepção tradicional de Marx. Em seguida, discute a inserção dos professores em uma classe social, sob o viés da proletarização do seu trabalho. Finalmente, pretende defender que, ao encontro do que propõe Ricardo Antunes, os professores pertencem à “classe-que-vive-do-trabalho”.

2. Delineando “classe social”

Principalmente nos últimos anos, a concepção tradicional de classe social, inferida a partir dos estudos de Marx (uma vez que a sua obra foi interrompida justamente quando trataria das classes sociais) sofreu alterações devido às inovações em todos os campos científicos, que acabaram por redefinir as relações entre as pessoas e destas com as instituições e devido à centralidade dos processos sociais nos sujeitos individualmente, em detrimento do coletivo ou da classe. Em Marx (1968), encontram-se concepções de sociedade capitalista como dividida socialmente devido ao trabalho e à apropriação dos resultados por outras pessoas, não os trabalhadores, originadas da existência da propriedade dos meios de produção: proprietários e não-proprietários, burgueses e proletários. Os primeiros têm a propriedade dos meios de produção e os últimos têm apenas sua força de trabalho. São classes sociais, portanto, antagônicas. Bensaïd ratifica: “não há classe senão na relação conflitual com outras classes” (1999, p. 148).

Por isso, Marx, com vistas à substituição deste modelo social, preconizava o desaparecimento da característica de a sociedade ser dividida em classes, superando o modo de produção capitalista e a contradição estrutural presente na base sobre a qual as relações sociais se dão, constituídas a partir do mundo do trabalho: exploração do trabalho pelo capital *versus* luta de classes. Importante destacar que, para Marx (1968), exploração “é a força de trabalho que é despossuída do controle sobre sua atividade, ou seja, sobre o exercício de seu tempo. A exploração incide antes de tudo na questão do controle”. Já a luta de classes é o confronto entre classes sociais antagônicas, cada qual defendendo seus interesses. No caso da sociedade capitalista, é a luta entre burguesia, detentora dos meios de produção, e proletariado, que vende sua força de trabalho (Marx, 1968).

Em Marx e Engels (2002), encontram-se argumentos que corroboram a crença de o princípio da desigualdade localizar-se na divisão em classe social:

proprietários e não-proprietários dos meios de produção, e na divisão do trabalho, em manual e intelectual. Bensaïd, referindo-se à categoria classe social, destaca: “Marx não 'define' uma classe. Antes apreende relações de conflitos entre classes. Não fotografa um fato social rotulado como classe” (BENSAÏD, 1999, p. 163). E acrescenta que o objetivo dos estudos marxistas são as relações de classe em sua dinâmica conflitual e contraditória, sendo impossível estudar uma classe senão em relação com outra (BENSAÏD, 1999, p. 163).

Segundo Santos (1995), Marx foi o grande teórico da desigualdade, ao propor a relação capital e trabalho: “princípio da integração social na sociedade capitalista, uma integração que se assenta na desigualdade entre o capital e o trabalho, uma desigualdade classista baseada na exploração” (p. 02). A superação da desigualdade pode acontecer na medida em que forem superadas também as classes, pois estas alienam os sujeitos e os limitam na busca do seu desenvolvimento, evitando que tenham oportunidade de encontrar, dentro de sua classe, condições para superá-la.

Wood avança na reflexão, evidenciando dois modos de pensar em classe: “como um local estrutural ou como uma relação social” (2003, p. 73). E explica:

[...] A primeira e mais comum das duas trata classe como uma forma de “estratificação”, uma camada numa estrutura hierárquica diferenciada por critérios “econômicos” como renda, “oportunidades de mercado” ou ocupação. Em contraste com esse modelo geológico, existe a concepção socio-histórica de classe como uma relação entre apropriadores e produtores, determinada pela forma específica em que, citando Marx, “se extrai a mais-valia dos produtores diretos”. (WOOD, 2003, p. 73)

A primeira concepção não leva em conta o papel da classe: “motriz do movimento histórico: o fato de ser a classe no início de um modo histórico de produção diferente do que existe no final” (WOOD, 2003, p. 92). E as relações entre as classes constituem-se, neste espaço, o início do movimento dentro do modo de produção, transformando-se em relações de produção, sendo, portanto, um movimento histórico e social.

É referindo-se ao espaço onde acontecem as relações de classe, que Bourdieu afirma ser obrigatório analisar, antes da tipologia dos grupos sociais, o espaço de relações que os une a outros grupos sociais, provando não ser autônomo, ser capaz de incorporar e reproduzir as estruturas pelas quais este espaço foi criado. Para tanto, as classes dominam um código cultural específico que as organiza e acaba por excluir outras classes. Nessa perspectiva, as elites são dotadas de um sistema simbólico, organizado e codificado, segundo seus interesses e valores, excluindo quaisquer outras classes, diferenciando e promovendo distinção, o que acaba por intervir nas interações sociais cotidianas. Por conseguinte, a classe dominante constitui-se em “uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder” (BOURDIEU, 1989, p. 28).

Nesta linha de argumentação, partindo do entendimento que, para Marx a classe é a força material e intelectual dominante na sociedade, Gramsci (1991) apresentou o conceito de hegemonia, o consentimento das classes subalternas à dominação burguesa, permitindo a prevalência sobre consciências e a reprodução e perpetuação de ideologias. A crise de hegemonia acontece quando as classes rompem o poder das instâncias dominantes, inclusive do Estado.

Acrescenta-se à discussão um outro elemento: consciência de classe. Não basta a pertença, mas o conhecer e o saber próprio do grupo. Segundo Braverman, “(...) uma classe não pode existir na sociedade sem manifestar em algum grau uma consciência de si mesma como um grupo com problemas, interesses e expectativas comuns (...)” (1987, p. 36). Claro que esta consciência pode, por influências culturais, econômicas e, inclusive, por ação de outra classe, ficar obtusa por longo tempo até se revelar. Os professores, por exemplo, estiveram à mercê de diretrizes e elaborações para seu grupo de trabalhadores por séculos a fio, iniciando um processo de coesão, sindicalização e luta por melhores condições de trabalho somente nas últimas

décadas. Lucáks afirma que, no estágio atual do capitalismo, as lutas sociais se refletem em:

[...] uma luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade". (...) Mas a possibilidade dessa luta já anuncia as contradições dialéticas, a dissolução interna da pura sociedade de classe". (2003, p. 156)

Segundo esse autor, a burguesia e o proletariado são "as únicas classes puras da sociedade" (2003, p. 156) e, em torno delas, agrupam-se outras composições, participando ou não da luta de classes. Porém, simplesmente ater-se a essa configuração é ignorar os movimentos sociais contínuos. Frigotto estabelece um parâmetro para se entender as classes sociais, em perspectiva semelhante ao estabelecido por Wood (2003), com o qual concordamos:

[...] As classes fundamentais originam-se de um processo histórico, de uma relação social. Neste sentido, não se podem confundir as mudanças das formas de sociabilidade capitalista, isto é, dos mecanismos históricos, dos novos atores e as diferentes formas e estratégias de refuncionamento do capitalismo em face das suas crises, e das formas que assumem as classes sociais, com o desaparecimento efetivo das relações capitalistas, e, portanto, das classes sociais. (2003, p. 131)

3. Classe social e proletarização

De acordo com a discussão anterior, não é uma tarefa fácil determinar uma classe social para os professores. Neste afã, os autores optam por diferentes possibilidades, entendendo os professores como integrantes das classes médias (PESSANHA, 1997), como proletários (WENZEL, 1994; ENGUITA, 1989; APPLE, 1982) ou em uma situação contraditória de classe, entre o proletariado e as classes médias (HYPOLITO, 1997).

Neste artigo, analisaremos a segunda possibilidade, não desconsiderando as divergências que impossibilitam de aceitar tal argumento em sua totalidade. Para iniciar a discussão, esclareceremos o que se compreende por proletarização.

Segundo Wenzel (1994, p.20), proletarização é a condição de quem, por força do modo de organização profissional e em condições e relações históricas de produção, deixa de ser produtor individual e passa a integrar uma coletividade de trabalhadores. Ampliamos tal entendimento com Bensaïd (1999, p. 147), para quem proletariado é um grupo de pessoas organicamente interdependentes, com “dependências de natureza social, especificamente humanas, tais como, por exemplo, as que decorrem do emprego da linguagem para comunicar ou da cooperação consciente etc.” (BENSAÏD, 1999, p. 148). A condição de se proletarizar acontece em função da produção capitalista, da subordinação do fazer a um controle externo àquele que faz.

[...] a produção capitalista só começa realmente quando um mesmo capital particular ocupa, de uma só vez, número considerável de trabalhadores, quando o processo de trabalho amplia sua escala e fornece produtos em maior quantidade. (MARX, 1968, p.370)

Em continuidade, interessa delinear uma situação na gênese da composição do quadro profissional da educação: as professoras, na medida em que vão ingressando no Magistério, vão auxiliando na promoção de mudanças. Com o passar do tempo, há uma significativa alteração em relação à classe social, conforme assinala Enguita: “(...) sua classe social não é simplesmente a que corresponderia à sua ocupação, por si só já distante daquela de boa parte de seus alunos, mas também de sua família de origem e da família de seu cônjuge, quase sempre mais distantes ainda” (ENGUITA, 2004, p. 111). Mesmo nesta perspectiva, Enguita distingue quatro fases sucessivas na inclusão dos professores no Magistério relacionadas à classe social: primeiro, homens de classe média; segundo, homens da classe trabalhadora; terceiro, mulheres de classe média; e quarto, mulheres de classe trabalhadora (ENGUITA, 2004, p.111). Estar-se-ia vivenciando a última fase e esta, com certeza, tem influências sobre o quadro do Magistério.

Esta última fase coincide com a perda de um reconhecimento social, com a “proletarização” dos professores, quando, na História, os profissionais passam da condição de mestre (trabalhadores individuais, contratados por uma família) para a condição de professores coletivos (contratados por uma escola, por uma comunidade), perdendo, com isso, o controle a coordenação de seu trabalho: agora, assalariados, são executores de uma proposta da escola, são trabalhadores coletivos, proletarizados (WENZEL, 1994).

Relevante destacar que entendemos a presença feminina no Magistério apenas como um dos fatores da proletarização dos professores, mas não o único. A proletarização, conforme buscamos demonstrar, é bem mais ampla, implica outras relações e simplesmente associá-la à feminização é negligenciar esta análise. Em muitas outras profissões, também a feminização se impôs como movimento e, nem por isso, associou-se à proletarização. É o caso, por exemplo, da crescente invasão de mulheres nos meios empresariais, assumindo o comando de empresas e gerenciando processos industriais.

Apple (1982) explica que o trabalho dos professores torna-se proletarizado, quando há a separação entre o planejamento e a ação pedagógica. Em tal condição, os professores perdem a capacidade de gerir individualmente seu processo produtivo. Diferenciam-se as etapas de planejar e agir, de pensar e produzir. Como resultado, aumentam os setores e grupos responsáveis por pensar o trabalho pedagógico. Portanto, tornar-se profissional coletivo - contratado por uma escola, por uma comunidade (Ferreira, 2001, 2006) - determina novas exigências aos professores: produzir em acordo com uma expectativa que não provêm de sua capacidade de pensar o mundo e determinada por um contrato.

Importante ressaltar que se tornar proletário não se constitui na desvalorização e empobrecimento dos trabalhadores: "A proletarização é a constituição do trabalhador coletivo, enquanto o empobrecimento resulta do salário" (WENZEL, 1994, p. 25). Na mesma direção, também é necessário dissociar as

concepções de “situação de classe” e “nível de renda”, pois não basta ser ou receber um salário para pertencer ao proletariado. De acordo com Pessanha,

[...] não se pode confundir situação de classe, posição em relação à produção, com condições de vida e de consumo. Embora os operários do ABC paulista tenham um padrão de consumo que os aproxima das “classes médias”, suas relações com a produção se situam na classe operária. (1997, p.29)

Vale acrescentar ainda que, para o proletário, o trabalho é sua mercadoria, está à venda, como se fosse separado de seu corpo e resulta em um salário que lhe garante sobreviver. Na venda de seu trabalho, relaciona-se com o capitalista e, nesta medida, conforma as classes sociais: quem possui a força de trabalho e quem possui o capital.

Determinante de uma desvalorização social paulatina, o fato de se tornar proletário determina um novo perfil do profissional da educação e o estabelecimento de um outro lugar, em relação ao que, até então, o configurava. O trabalho do professor está organizado de modo a não mais privilegiar a produção individual e livre, gerando a condição de trabalhadores coletivos. Isso resulta em profissionais proletarizados na educação, cujo trabalho reafirma a condição. O trabalho não é determinado pelas relações de produção, pois são imprevisíveis, somente pelo que rege o contrato; o tempo é determinado *a priori*, como controle; há uma indistinção entre o ser professor e o seu fazer, a tal ponto que o corpo dos professores passa a representar uma profissão (WENZEL, 1994, pp. 27-36).

4. Professor como “classe-que-vive-do-trabalho”

Considerando esses argumentos, propomos refletir sobre o modo como tem sido descrita a inclusão dos professores em classe social, partindo do pressuposto que classe social não é algo estático, como o foram, na Idade Média, os estamentos, as castas. As classes sociais são resultantes não somente de fatores econômicos, também de fatores culturais que determinam a

pertença, sendo que, uma vez lhe atribuída uma classe, pode haver movimentos interiores ou exteriores, mantendo a mobilidade e a variabilidade social.

No Brasil, são observadas fases na profissão muito bem delimitadas ao longo da História. Primeiro, na época colonial, o professor padre, distinto do restante da população por sua vocação; segundo, o professor leigo, dedicado ao ofício de ensinar, ao lado dos padres e da Igreja; no período imperial, o surgimento do professor como assalariado; na República, o professor como funcionário do Estado; nas últimas três décadas, a perda do prestígio da profissão e do prestígio social, em consequência. Não percebemos essas fases como simplesmente eliminatórias, mas como interpenetráveis de tal sorte a conviverem em algumas épocas. É o caso da época republicana: leigos, clero e funcionários do Estado são os professores disponíveis nas escolas brasileiras. Ainda hoje, mesmo raramente, encontram-se esses tipos de profissionais em um espaço semelhante, principalmente nos locais mais recônditos do país.

Reiteramos a posição dos professores como pertencentes ao proletariado. Entretanto, ser proletário hoje é diferente de ser proletário na época de Marx. Formalmente, a definição de classe trabalhadora era “a classe que nada possuindo senão sua força de trabalho, vende essa força ao capital em troca de sua subsistência” (BRAVERMAN, 1987, p. 320). Ciente dessas características, pautamo-nos em Ricardo Antunes (2005) para apresentar argumentos sobre a inclusão dos professores no proletariado, concordando com este autor, que propõe uma outra denominação e configuração para a classe proletária: “classe-que-vive-do-trabalho” (2005 [a]; 2005 [b]) . A denominação abarca uma “noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora” (ANTUNES, 2005, p. 52), que inclui:

[...] aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além,

naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva. (ANTUNES, 2005, p. 52)

Alguém poderia afirmar que o trabalho dos professores é diferenciado dos profissionais citados por Antunes. Porém, o critério que o autor utiliza não é referente ao trabalho e, sim, à maior ou menor relação com o capital e a capacidade de produção de mais-valia. Por isso, não se incluem na “classe-que-vive-do-trabalho”:

[...] os gestores do capital, que são parte constitutiva (objetiva e subjetivamente) das classes proprietárias, e exercem um papel central no controle, no mando, na hierarquia e na gestão do processo de valorização e reprodução do capital. Estão excluídos também aqueles que vivem de juros e especulação. (ANTUNES, 2005, p. 52)

Os professores, então, pertencem à classe-que-vive-do-trabalho, na forma como é elaborada a percepção da classe trabalhadora nos dias atuais, que vende sua força de trabalho, composta por assalariados que não possuem os meios de produção. Uma classe social cuja morfologia “é ainda mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos de apogeu do taylorismo e do fordismo” (ANTUNES, 2005, p. 52)

5. Conclusão

Não há aula sem planejamento; não há aula sem reflexão; não há como qualificar o trabalho sem reflexão e debate. Os profissionais precisam, todo dia, superar o que está posto e superarem-se, atendendo às peculiaridades próprias do seu fazer. Esta superação em contínuo os torna, simultaneamente, capazes de subverter os imperativos sociais e profissionais, à margem de romper este círculo rotineiro. Capazes de subverter porque seu trabalho pode levar a mudanças, ainda que localizadas, ainda que atidas apenas a um tempo. À margem, porque, sozinhos, não conseguem romper estes imperativos, é necessário unir-se a uma equipe, pertencer.

Nessa contradição, os professores se movimentam. A sensação parece ser de perda. Perda material, pois seu salário está cada vez mais defasado; perda de status, ao verificar não serem mais reconhecidos por seu fazer; perda de suas condições de trabalho, ao repetirem-se diariamente, esquecendo-se e omitindo-se em seus conhecimentos profissionais. A compensação parece advir de certa identidade com seu trabalho, uma mescla entre ser professor e estar professor.

Essa relação de identidade deriva da consciência, como resultante do social (MARX, 2002), presente nas relações sociais de produção, através dos sentidos, valores, efeitos de sentidos, imagens do ser professora. Segundo Wood (2003), a relação de identidade com o trabalho é consciente, porque reflete a realidade na qual o labor acontece. Não se ignora que há uma contradição no trabalho dos professores: se por um lado ele está à mercê da sociedade capitalista, configurando-se um instituído escolar marcado pela exclusão, pela diferenciação e pela reprodução, por outro, ao fechar a porta da sala de aula, há todo um espaço-tempo caracterizado por certa liberdade: de criar, de transgredir, de praticar linguagem que apele para a reflexão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

APPLE, M. *Ideologia e Currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista – a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

ENGUITA, M. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: ARTMED, 1989.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HYPOLITO, A.L.M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

LUCÁKS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. *O capital. O processo de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização 99 Brasileira, 1968. Vol. 1. Tomo 1.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PESSANHA, E. C. *Ascensão e queda do professor*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção Questões da Nossa Época, vol. 34).

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995. (Coleção Histórias e Ideais).

WENZEL, R. L. *Professor: agente da educação?* São Paulo: Papirus, 1994.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.